



Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2021
Com o relatório dos auditores independentes

EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A. - EGR

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 2

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 5

Demonstração do resultado 7

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 8

Demonstração dos fluxos de caixa 9

Notas explicativas às demonstrações financeiras 10



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores da
Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfase

Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia vem colocando em prática o plano original de devolver à iniciativa privada as rodovias sob sua administração, com objetivo de finalizar o processo até o final do exercício de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes ou ressalvas originadas destas incertezas.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

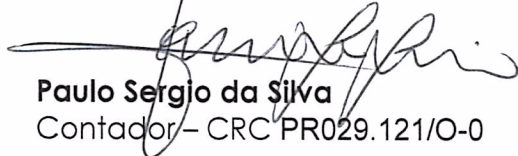
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 2 de maio de 2022.

Crowe Consult Auditores Independentes
CRC PR002906/O

João Henrique Sperling Lubisco
Contador – CRC-RS067.188/O



Paulo Sergio da Silva
Contador – CRC PR029.121/O-0

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em R\$ mil

	Nota	31/DEZ/21	31/DEZ/20
ATIVO CIRCULANTE		60.044	62.756
Disponível	4	50.651	54.297
Realizável a curto prazo		9.393	8.459
Arrecadação das praças		9.238	8.320
Outros valores a receber		155	139
ATIVO NÃO CIRCULANTE		120.947	156.187
Realizável a longo prazo		42.124	40.398
Créditos e valores	6	3	3
Impostos a recuperar	5	15.418	15.458
Depósitos judiciais	7	26.667	24.901
Outros créditos		36	36
Imobilizado	8	1.958	2.026
Intangível	8	76.865	113.763
TOTAL DO ATIVO		180.991	218.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em R\$ mil

	Nota	31/DEZ/21	31/DEZ/20
PASSIVO CIRCULANTE		106.135	103.312
Obrigações trabalhistas		1.018	1.131
Fornecedores	9	9.518	18.600
Obrigações fiscais		89.458	79.754
Tributos e contribuições federais	10	2.400	3.258
Tributos municipais	11	79.906	69.245
Outras obrigações a pagar	12	7.152	7.251
Outras obrigações		5.675	3.365
Provisão para penalidades contratuais		466	462
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		28.252	28.597
Exigível a longo prazo		28.252	28.597
Tributos e contribuições federais	7	24.777	24.777
Provisão para contingência	13	3.475	3.820
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		46.604	87.034
Capital Social	14.1	43.584	43.584
Capital subscrito		44.084	44.084
(-) Capital a integralizar		(500)	(500)
Reserva de Lucros	14.3	3.020	43.450
TOTAL DO PASSIVO		180.991	218.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em R\$ mil

	Nota	31/DEZ/21	31/DEZ/20
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	229.024	215.055
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(204.778)	(174.912)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		24.246	40.143
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		297	149
DESPESAS OPERACIONAIS	17	(66.190)	(39.012)
LUCRO/PREJÚIZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(41.647)	1.280
Receitas financeiras	18	1.218	476
Despesas financeiras	18	(1)	
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		(1.040)	1.756
Provisão IRPJ		-	(1.273)
Provisão CSLL		-	(467)
LUCRO/PREJÚIZO DO EXERCÍCIO		(40.430)	16
LUCRO/PREJÚIZO POR AÇÃO		1,30	0,001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Demonstrações do resultado abrangente findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em R\$ mil

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro Líquido / Prejuízo do exercício	(40.430)	16
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(40.430)</u>	<u>16</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período de 31 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2021

Em R\$ mil

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros		
Saldo em 31.12.2019	43.584	3.116	40.318	-	87.018
Lucro/Prejuízo líquido exercício	-	-	-	16	16
Destinação :					
Reserva legal	-	1	-	(1)	-
Reserva retenção lucros	-	-	15	(15)	-
Saldo em 31.12.2020	43.584	3.117	40.333	-	87.034
Lucro/Prejuízo líquido exercício	-	-	-	(40.430)	(40.430)
Destinação :					
Reserva legal	-	-	-	-	-
Reserva retenção lucros	-	-	(40.430)	40.430	-
Saldo em 31.12.2021	43.584	3.117	(97)	-	46.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020


Em R\$ mil

Fluxo de Caixa Operacional	2021	2020
Lucro líquido	(40.430)	16
Despesas com depreciação	603	423
Despesas com amortização	4.355	3.174
Aumento/Diminuição do ativo		
Arrecadação das praças	(918)	164
Valores a receber	(16)	(4)
Depósitos judiciais longo prazo	(1.766)	(3.393)
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	40	(2.483)
Aumento/Diminuição do passivo		
Obrigações trabalhistas	(112)	(62)
Fornecedores	(9.082)	2.026
Obrigações fiscais	9.703	7.465
Outras contas a pagar	2.309	2.663
Adiantamento de clientes	4	-
Provisões	(345)	2.618
Imposto de renda pessoa jurídica longo prazo	-	3.393
Caixa líquido atividades operacionais	(35.655)	16.000
Fluxo de caixa investimentos		
Aquisição/baixa de imobilizado	(534)	(720)
Aquisição/baixa de intangível	32.543	(9.010)
Caixa líquido atividades investimentos	32.009	(9.730)
Fluxo de caixa financiamentos	-	-
Caixa líquido atividades financiamentos	-	-
Aumento / Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	(3.646)	6.270
Caixa e equivalente de caixa no início do período	54.297	48.027
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	50.651	54.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, é uma empresa pública (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual nº 14.033 de 29/06/2012 e vinculada à Secretaria dos Transportes, é regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593 de 19/09/2012. A EGR tem como objeto social a exploração da infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágios públicos, a exploração da infraestrutura poderá ser realizada em quaisquer rodovias pertencentes ao sistema Rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul diante de outorga do governo do estado. Atualmente está autorizada pelo governo do estado por tempo indeterminado a administrar 12 praças de pedágio, aplicando seus recursos em 16 rodovias, abrangendo 53 municípios do estado.

 Quilometragem inicial e final, e extensão das rodovias da EGR pelos decretos nº 53.386 e nº 53875					
Praça	Rodovia	Trecho	km inicial	km final	Extensão por rodovia (Km) Decreto
Campo Bom	ERS-239	Entr. BRS-116 (P/ Novo Hamburgo) – Riozinho (Fim TRV-Mun)	13,23	88,77	75,54
	ERS-122	Entr. ERS-240 (Rincão do Cascalho) - Entr. ERS-446 (P/ São Vendelino)	0,00	39,09	39,09
Portão	ERS-240	Entr. BRS-116 (Vila Scharlau) – Entr. RSC-287/470/ERS-124 (B) (P/ Montenegro)	0,00	33,58	33,58
	RSC-287	Entr. RSC-470 (A)/ERS-240 (Montenegro)- Entr. ERS-411 (P/Bronchie r)	0,00	7,11	7,11
Coxilha	ERS-135	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) – Entr. BRS-153 (A) (P/ Erechim)	0,00	78,33	78,33
Santo Antônio da Patrulha	ERS-474	Entr. BRS-290 (P/ Porto Alegre) - Entr. ERS-239 (Rolante)	0,00	32,64	32,64
Viamão	ERS-040	Entr. ERS-118 (P/ Passo do Fiuza) – Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	11,24	94,85	83,61
	ERS-784	Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	0,00	14,75	14,75
Flores da Cunha	ERS-122	Entr. RSC-453 (B) (Caxias do Sul) – Entr. ERS-437 (A) (Antônio Prado)	80,04	129,71	49,67
Três Coroas	ERS-115	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) - Entr. ERS-235 (Gramado)	0,00	41,97	41,97
Gramado	ERS-235	Nova Petrópolis (Fim TRV-Mun) - Gramado	0,00	34,64	34,64
	ERS-235	Entr. ERS-115 (Gramado) – Canela	34,64	42,31	7,67
	ERS-466	Caracol - Entr. ERS-235 (P/ Canela)	0,00	7,22	7,22
São Francisco de Paula	ERS-235	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) – Entr. ERS-020 (A) (P/ São Francisco de Paula)	42,31	76,32	34,01
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso Norte à São Francisco de Paula	89,05	95,4	6,35
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso à Três Coroas	67,18	89,05	21,87
Encantado	ERS-130	Entr. RSC-453 (A) (P/Venâncio Aires) – Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)	69,19	97,27	28,08
	ERS-129	Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) - Entr. ERS-441 (Guaporé)	67,55	126,83	59,28
Boa Vista do Sul	RSC-453	Entr. BRS-386 (B)/ERS-129 (Estrela) – Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	37,97	96,18	58,21
	ERS-128	Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabai) – Entr. RSC-453 (Teutônia)	13,89	30,27	16,38
Cruzeiro do Sul	RSC-453	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) – Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul)	0,00	29,83	29,83
Total					759,83
Rodovias sem Praça de Pedágio					

Conforme o plano de concessões do Estado do Rio grande do Sul todas as rodovias que estão sob a administração da EGR devem ser entregues para a iniciativa privada no formato de concessões até o fim de 2022. Em agosto de 2021 foram entregues para o consórcio Sacyr os trechos da rodovia RSC-287 que abrangem as praças de Venâncio Aires e Candelária, todos os ativos referentes a estas praças como equipamentos e mobiliário foram redistribuídos para as outras praças, os ativos intangíveis referentes a estas praças foram baixados.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).



2.1 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são preparadas em Real, que é a moeda funcional da Cia.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cia e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Receita de pedágio – As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio pré e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de rendimento de aplicações financeiras – Os rendimentos referentes às aplicações financeiras (SIAC – Sistema de Integrado de Administração de Caixa) são registrados como receita financeira, apropriadas mensalmente, sempre calculadas até o encerramento do mês.

3.2 Regime de Contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência.

3.3 Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.

3.4 Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região em decisão de 1º grau no processo nº 5019554-33.2014.404.7100/RS, na data de 12/07/2018, reconheceu a aplicação da imunidade recíproca em relação ao IRPJ à EGR.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia possui apenas aplicações financeiras no SIAC que registra mensalmente o seu rendimento. A Companhia não possui nenhum outro instrumento financeiro ou contratos de financiando.

3.6 Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7 Ativos intangíveis

A Companhia possui registrado como ativos intangíveis obras realizadas na malha rodoviária e direitos de uso de softwares, ambos registrados ao custo de aquisição deduzidos da amortização.

3.8 Impairment

A Companhia realiza a revisão anual.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.10 Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração pode fazer uso de estimativas para realizar os registros contábeis, caso seja necessário fazer uso de estimativas estas são reconhecidas no exercício e revisadas periodicamente.

3.11 Gestão de riscos

Os riscos relacionados a possíveis problemas relacionados a estrutura das rodovias são monitorados por meio de visitas periódicas realizadas por engenheiros e empresas contratadas.

Na sua operação a Companhia tem um pequeno risco de inadimplência que está relacionado diretamente a violação dos pedágios, atualmente a violação representa 0,05% da receita bruta.

4. Disponível

Os saldos do disponível estão assim distribuídos.

	<u>31/DEZ/21</u>	<u>31/DEZ/20</u>
Numerário em Caixa	1	1
Banco Conta Corrente	668	947
Aplicações	49.982	53.349
Total	<u>50.651</u>	<u>54.297</u>

5. Impostos a Recuperar

Os saldos de impostos a recuperar do exercício de 2021 estão assim distribuídos.

	<u>31/DEZ/21</u>	<u>31/DEZ/20</u>
IRRF a Recuperar	17	17
ISSQN a Recuperar	3	3
CSLL a Recuperar	3.844	3.906
IRPJ a Recuperar	11.554	11.532
Total	15.418	15.458

6. Créditos e Valores

Os valores registrados como Valores Rejeitados Indevidamente representam valores registrados no sistema de arrecadação e não pagos pela gestora de pagamentos eletrônicos. Estes valores estão em cobrança judicial nos processos judiciais que tramitam na 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 9043277-21.2018.8.21.0001 e na 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 9012817-51.2018.8.21.0001. No exercício de 2019 foram constituídas provisões para possíveis perdas desses processos.

	<u>31/DEZ/21</u>	<u>31/DEZ/20</u>
Valores Rejeitados Indevidamente	11.341	11.341
Provisão para Perda	(11.341)	(11.341)
Despesas Reembolsáveis	3	3
Total	3	3

7. Depósitos Judiciais

A companhia, através de ação ordinária nº 5019554-33.2014.404.7100/RS está discutindo a imunidade do IRPJ e está efetuando os pagamentos mensais via depósitos judiciais, em conta designada pela justiça. Para evidenciar os valores depositados, efetuou-se o registro no realizável a longo prazo e correspondente obrigação no exigível a longo prazo.

	<u>31/DEZ/21</u>	<u>31/DEZ/20</u>
DJ – Imposto de Renda 2014	3.762	3.762
DJ – Imposto de Renda 2015	2.858	2.858
DJ – Imposto de Renda 2016	4.091	4.091
DJ – Imposto de Renda 2017	1.425	1.425
DJ – Imposto de Renda 2018	5.166	5.166
DJ – Imposto de Renda 2019	4.377	4.377
DJ – Imposto de Renda 2020	3.098	3.098
Outros Depósitos	1.890	124
Total	26.667	24.901

PASSIVO

	31/DEZ/21	31/DEZ/20
DJ – Imposto de Renda 2014	3.762	3.762
DJ – Imposto de Renda 2015	2.858	2.858
DJ – Imposto de Renda 2016	4.091	4.091
DJ – Imposto de Renda 2017	1.425	1.425
DJ – Imposto de Renda 2018	5.166	5.166
DJ – Imposto de Renda 2019	4.377	4.377
DJ – Imposto de Renda 2020	3.098	3.098
Total	24.777	24.777

8. Imobilizado e Intangível

Os bens adquiridos pela companhia, estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

IMOBILIZADO	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Móveis e utensílios	92	159	38	28	185
Máquinas	3	0	0	1	2
Equipamentos	806	473	13	156	1.110
Computadores e periféricos	1.532	4	243	381	912
Impressoras	144	30	0	37	137
(-) Perda valor não recuperável	(551)	163	0	0	(388)
Total	2.026	829	(294)	(603)	1.958

INTANGÍVEL	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo no final do exercício
Software	51	0	0	48	3
Imóveis	108.611	1.323	33.963	4.307	71.664
Obras em andamento	2.065	1.812	1.715	0	2.162
Projetos	3.036	0	0	0	3.036
Total	113.763	3.135	(35.678)	(4.355)	76.865

TOTAL IMOB. E INTAG.	115.789	3.964	(35.972)	(4.958)	78.823
-----------------------------	----------------	--------------	-----------------	----------------	---------------

No intangível, na conta de Imóveis e Obras em Andamento, estão registrados valores de obras viárias, tais como acessos, passarelas e duplicações em estradas estaduais, executadas pela Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR, amortizados a taxa de 4% ao ano nas condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 04, que trata especificamente sobre este item patrimonial. Abaixo as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia:

	Taxa de depreciação/amortização
Móveis e utensílios	10%
Máquinas	10%
Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Impressoras	20%
Software	20%
Imóveis	4%
Obras em andamento	0%

8.1 Imobilizado Recebido do DAER-RS – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem

No início de suas operações no ano de 2012, a Cia. utilizou os bens que já se encontravam na estrutura das praças de pedágio, estes bens não foram incorporados ao patrimônio, pois eles foram cedidos para o uso, mas até o presente momento não foi elaborado nenhum termo oficializando isto, apesar de solicitação da Procuradoria Geral do Estado através do processo administrativo 18049600018289, mesmo não constando no patrimônio da EGR, a gestão destes bens é realizada por empresa contratada especificamente para este fim.

9. Fornecedores

	31/DEZ/21	31/DEZ/20
Serviço de Arrecadação	3.464	3.181
Serviço de Manutenção e Conservação	2.052	8.439
Fornecimento de Asfalto	2.223	5.368
Outros Fornecedores	1.779	1.612
Total	9.518	18.600
Valores a vencer em até 30 dias	9.518	18.600

10. Tributos e Contribuições Federais

	31/DEZ/21	31/DEZ/20
PIS a Recolher	143	150
Cofins a Recolher	661	695
IR Terceiros	124	220
INSS Terceiros	624	766
PIS/Cofins/CSLL Terceiros	848	1.427
Total	2.400	3.258



11. Tributos Municipais

O ISSQN sobre o faturamento devido pela Cia. é mensalmente registrado em conta do passivo circulante, mas não ocorreu pagamento em 2021 pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária. Pelo princípio da prudência, os valores totalizando R\$ 10.745.224, foram registrados no passivo que já acumula R\$ 79.699.230 referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. No exercício de 2017 ocorreu decisão judicial favorável a Cia no município de Candelária, o valor correspondente a esta prefeitura foi baixado da contabilidade em uma conta redutora das deduções no mês em que se deu a decisão.

	31/DEZ/21	31/DEZ/20
ISSQN Terceiros	207	291
ISSQN Faturamento	79.699	68.954
Total	79.906	69.245

12. Outras Obrigações a Pagar

Em Dez/2018, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor de R\$ 5.898. Valor registrado na conta Juros Capital Próprio a Pagar pertencente a conta sintética Outras Contas a Pagar. Os demais valores registrados nas Outras Obrigações a Pagar são provenientes do processo de implantação de ERP pela Cia. que necessita da utilização da conta Outras Contas a Pagar como uma conta transitória para a realização da liquidação dos pagamentos.

	31/DEZ/21	31/DEZ/20
Juros s/Capital Próprio a Pagar	5.898	5.898
Outras Contas a Pagar	1.254	1.353
Total	7.152	7.251

13. Provisão para Contingências

Utilizamos como base para constituição dessa provisão a série histórica de desembolsos realizados, utilizamos este método pois a informação fornecida pela assessoria jurídica não foi suficiente para a apuração do valor justo desta provisão. No exercício de 2020 foi constituída uma provisão para eventuais gastos com a entrega de praças de pedágio para a iniciativa privada.

	31/DEZ/21	31/DEZ/20
Provisão para Contingências	875	1.220
Provisão para Entrega de Praças	2.600	2.600
Total	3.475	3.820

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social

O capital social é de R\$ 43.583.815,59 (Quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 31.000.000 (trinta e um milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Cia., publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto nº 49.593, era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013 e integralizado em 2014.

14.2 Remuneração dos Investidores

No exercício de 2021 não serão distribuídos dividendos, tendo em vista que a política da Cia é de aplicar nas rodovias sob sua administração todos os recursos que arrecada, situação expressa em sua lei de criação LEI N.º 14.033, de 29 de Junho de 2012 no art.7º: "§ 2º A receita referida no inciso I deste artigo será depositada em conta da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários".

14.3 Reserva de Lucros

Na reserva de retenção de lucros de 2021 foi debitado o valor de R\$ 40.430 referente ao prejuízo do exercício e não ocorreu movimentação na reserva legal.

	31/DEZ/21	31/DEZ/20
Retenção De Lucro	5.801	46.231
JSCP	(5.898)	(5.898)
Reserva Legal	3.117	3.117
Total	3.020	43.450

15. Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/DEZ/21	31/DEZ/20
Receita de Arrecadação	286.850	272.099
(-) Deduções sobre a receita	(57.826)	(57.044)
PIS	(1.628)	(1.524)
Cofins	(7.513)	(7.030)
ISSQN	(10.745)	(10.051)
Isentos	(3.319)	(2.920)
Multipassagem	(10.741)	(9.292)
Isentados	(23.785)	(26.040)
Violação	(95)	(187)
Receita Operacional Líquida	229.024	215.055

16. Custos dos Serviços Prestados

	31/DEZ/21	31/DEZ/20
Custos Operacionais	(204.778)	(174.912)
Manutenção e Conservação Rodovias	(162.176)	(134.359)
Arrecadação e Manutenção de Instalações	(38.407)	(37.180)
Convênios	(3.204)	(3.326)
Outros custos	(991)	(47)

17. Despesas Operacionais

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/DEZ/21	31/DEZ/20
Despesas Operacionais		
(-) Deduções sobre a receita	(66.190)	(39.012)
Despesas Administrativas	(58.068)	(29.294)
Despesas com Pessoal	(7.833)	(8.555)
Despesas Comerciais	(289)	(1.163)

18. Resultado Financeiro

O resulta financeiro apresenta a seguinte composição:

	31/DEZ/21	31/DEZ/20
Receita Financeira	1.218	476
Remuneração Financeira SIAC	905	202
Descontos Obtidos	313	274
Despesas Financeira	(1)	(0,3)
Encargos e Juros de Mora	(0,2)	(0,1)
Variação Monetária Passiva	(0,8)	(0,2)

19. Operações Descontinuadas

Em agosto de 2021 foram entregues as praças de Candelária e Venâncio Aires, abaixo demonstramos os reflexos destas praças no resultado:

	<u>31/DEZ/21</u>
RECEITA BRUTA	37.205
DEDUÇÕES DA RECEITA	(4.210)
RECEITA OPERACIONAS LÍQUIDA	32.995
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(33.639)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	22
DESPESAS OPERACIONAIS	(38.874)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(39.496)
Receitas financeiras	108
Despesas financeiras	(1)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(39.389)

20. COVID-19

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31/JAN/20, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Cia., com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os seus impactos nas operações e nas demonstrações contábeis.

20. Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Empresa e autorizadas para divulgação em 02 de maio de 2022.

Luiz Fernando Záchia

Diretor – Presidente
CPF nº 220.946.440-49

André Arnt

Diretor Adm. e Financeiro
CPF nº 367.654.810-87

Luis Fernando Pereira Vanacor

Diretor Técnico
CPF nº 476.590.680-91

Marco Aurélio Lanzoni

Contador CRC/RS 083621
CPF nº 825.012.200-30

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E ESTATUTÁRIO - CAE

Exercício de 2021

Em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, conforme segue e o disposto no Regimento Interno do CAE, a saber:

“Art. 24. A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão possuir em sua estrutura societária Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente.

§ 1º Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas no estatuto da empresa pública ou da sociedade de economia mista:

....

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;

O CAE apresenta, a seguir, o seu Relatório Anual relativo a 2020.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E ESTATUTÁRIO - CAE

Exercício de 2021


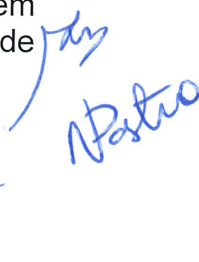
A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, é uma empresa pública autorizada pela Lei Estadual nº 14.033, de 29 de junho de 2012 e vinculada à Secretaria Estadual dos Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. É regida pelo seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593, de 19 de setembro de 2012.

Neste exercício, a EGR passou a administrar 12 praças de pedágio a partir de setembro, devido a concessão das praças de Venâncio Aires e Candelária para a iniciativa privada.

A EGR tem por objetivo realizar a manutenção e os investimentos necessários nos trechos sob sua jurisdição.

O contexto em 2021

O ano iniciou com a perspectiva de continuidade das ações operacionais, porém atenta ao calendário previsto para os processos licitatórios de concessão de

algumas praças, o que efetivamente ocorreu com a entrega definitiva da concessão das praças de Venâncio Aires e Candelária a partir de setembro/21.

Além desta alteração significativa no âmbito da EGR, a economia, as empresas e as pessoas ainda enfrentaram restrições em suas rotinas, em função da COVID 19, mas já buscando formas de conviver com a nova realidade.

Considerando estas situações substantivas, as ações com base em um planejamento continuaram sendo substituídas por ações de manutenção das operações e adequação destas à evolução do cenário pós pandemia como contexto para cumprimento do calendário de novas concessões.

No âmbito operacional externo, a EGR tem mantido em funcionamento as 12 praças e procedido nas manutenções necessárias das rodovias, através das equipes de fiscalização e monitoramento da situação.

No âmbito interno, enalteçemos a qualidade e praticidade das novas instalações da EGR no prédio do DAER, cuja mudança definitiva para o novo endereço foi efetivada em abril/2021.

Decorrente desta realidade, o CAE teve que aguardar até a conclusão dos trabalhos e parecer da auditoria independente, o que ocorreu somente em maio/2022, para então finalizar este Relatório Anual.

Das Praças de Pedágio

A EGR administrou 14 praças de pedágio, sendo as 07 superavitárias em 2021:

Coxilha, Portão, Viamão, Santo Antônio, Cruzeiro do Sul, Três Coroas e Gramado, as quais apresentaram um resultado positivo de R\$ 41.495.000,00.

E sendo as 07 deficitárias em 2021: Campo Bom, Flores da Cunha, Encantado, Boa Vista, São Francisco de Paula, Venâncio Aires e Candelária que, juntas, apresentaram um resultado negativo de R\$ 81.925.000,00

Considerando que as Praças de Venâncio Aires e Candelária foram transferidas para a iniciativa privada em setembro de 2021 e, portanto, permaneceram contribuindo com receitas e custos de janeiro a agosto, fica evidenciado o impacto negativo da baixa destas praças no patrimônio e no resultado do exercício de 2021.

Das Demonstrações Financeiras

No Ativo Circulante, as Disponibilidades e as Aplicações Financeiras foram conciliadas com os respectivos extratos bancários, e não foram encontradas diferenças. Não ocorreram grandes oscilações no Ativo Circulante, que apresentou uma redução de 4,32%, enquanto no Ativo Não Circulante, houve uma redução de 22,56%, cuja maior variação ficou por conta da redução no grupo Intangível no valor de R\$ 36.898.000,00.

J3
N. Pastore
HFL

No Passivo Circulante houve um incremento de apenas 2,73%, porque a redução na rubrica Fornecedores no valor de R\$ 9.082.000,00 acabou absorvida pelo incremento na rubrica Tributos Municipais no valor de R\$ 9.704.000,00.

Já o Passivo Não Circulante não apresentou variações substanciais passando de R\$ 28.597.000,00 em 2020 para R\$ 28.252.000,00 em 2021.

Na Demonstração do Resultado, a Receita Operacional Líquida apresentou um incremento de 6,49% passando de R\$ 215.055.000,00 em 2020 para R\$ 229.024.000,00 decorrente do incremento de 5,42% na Receita de Arrecadação no valor de R\$ 14.751.000,00, esforço este absorvido pelo incremento de 17,07% dos Custos Operacionais no valor de R\$ 29.866.000,00.

Em que pese o incremento na Receita de Arrecadação na ordem de R\$ 14.751.000,00, este não foi suficiente para absorver o incremento nos Custos Operacionais na ordem de R\$ 29.866.000,00 e o incremento nas Despesas Operacionais na ordem de R\$ 27.178.000,00 (com ênfase no incremento das Despesas Administrativas – R\$ 28.144.000,00). Estas maiores incidências acabaram contribuindo para um prejuízo de R\$ 40.430.000,00 em 2021.

Dos trabalhos e ações do CAE

Em função das restrições impostas pelo Governo do Estado e Prefeitura decorrentes da pandemia, as reuniões do CAE passaram a ser feitas de forma remota, o que representou um grande aprendizado e desafio para os conselheiros e demais colaboradores, porém consolidou uma alternativa de reunião que otimiza tempo e preserva a saúde dos participantes.

Da análise das documentações, o CAE ratifica a sugestão de especial atenção às ações administrativas de cobrança de tributos, ações estas em valores consideráveis e que merecem o competente provisionamento no limite mínimo de possibilidade de passar a ser devido, se for o caso, bem como especial atenção também nas demais pendências judiciais em curso, de valores significativos, os quais sugerem a necessidade de uma centralização de acompanhamento dos processos, a fim de melhor subsidiar a Diretoria e o Conselho de Administração quanto aos seus desdobramentos e repercussões patrimoniais.

Registramos a importância de especial atenção da Diretoria e do Conselho de Administração da EGR para os efeitos negativos futuros ao equilíbrio econômico e financeiro da empresa advindos da conjunção de 04 fatores ocorridos ou em curso em 2020 e 2021, a saber:

1 - a não majoração dos preços dos pedágios proposta pela Diretoria e não autorizada pelo Governo do Estado por conta dos efeitos negativos da Pandemia, majoração esta necessária para absorver os contínuos aumentos de preço dos insumos e demais materiais necessários à manutenção das rodovias sob jurisdição da EGR.

Jay
Castro
[assinatura]

2 - a transferência definitiva das praças de Venâncio Aires e Candelária ocorrida em setembro de 2021, cuja a importância da receita da primeira é muito superior ao déficit da segunda praça e porque as duas absorviam proporcionalmente os custos da Administração da EGR, a qual deve servir de paradigma para repercussões futuras;

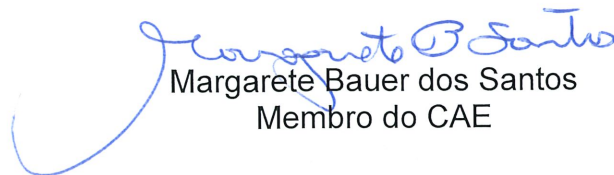
3 – o impacto negativo nos resultados patrimoniais da EGR, oriundo da concessão das praças de Venâncio Aires e Candelária, o qual vai requerer ações de gestão na busca do equilíbrio econômico e financeiro da EGR, preparando a empresa para a absorção de novos impactos pela realização de novas transferências de concessões à iniciativa privada.

4 – o foco no equacionamento de pendências judiciais tributárias potenciais e em curso, em função dos montantes consideráveis vinculados.

Em que pese a existência do Plano de Concessões do Estado do Rio Grande do Sul, o qual determina que todas as rodovias que estão sob a administração da EGR deverão ser entregues para a iniciativa privada no formato de concessões até o fim de 2022, há que se ter a responsabilidade e o compromisso de manutenção e de investimentos nas rodovias sob jurisdição da EGR até que a última seja concedida à iniciativa privada, sendo necessário para tal ter as condições mínimas de operacionalidade. Mas deve fazê-lo sem abdicar do necessário equilíbrio econômico e financeiro da empresa.

Não menos importante e diretamente vinculado à operacionalidade mínima de cada praça e à busca do equilíbrio econômico e financeiro da EGR, alertamos ao Conselho de Administração e à Diretoria a imperiosa necessidade da existência de um plano de redução gradual dos custos e do aproveitamento e absorção do pessoal técnico e especializado da EGR em outros órgãos o Estado, como forma de adequação das despesas às receitas a partir da efetivação de novas transferências de concessões.

Porto Alegre, 30 de julho de 2022.


Margarete Bauer dos Santos
Membro do CAE


Nahiane Pastro da R. Link
Membro do CAE


Rogério Alves Rios
Membro do CAE

1 **ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA GAÚCHA DE**
2 **RODOVIAS S/A – EGR**

3
4 **ATA 119**

5
6 **LOCAL, DATA E HORA:** A reunião ocorreu presencialmente na sede administrativa da
7 EGR, situada na Av. Borges de Medeiros, n.º 1555, 11º andar, bairro Praia de Belas, na
8 cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob nº 16.987.837/0001-06 e com NIRE nº 4

9 43 3 0005511 6, no dia **8 de dezembro de 2022**, às 12h00min. **COMPOSIÇÃO DA MESA:**

10 Conselheiros João Ângelo Miron Neto e Nilton Flores da Silva Neto, presentes de forma

11 presencial e Thiago Lorenzom, presente de forma presencial. Presente a Sra. Vanessa

12 Mirapalheta Oliveira, que secretariou a reunião. Como convidados: Sr. André Arnt, Diretor

13 Administrativo Financeiro e Tiago Correa, gerente contábil da EGR, presente de forma

14 virtual. **I – CONVOCAÇÃO:** os Conselheiros foram convocados através de

15 correspondência eletrônica, na forma do Artigo 15 do Regimento Interno e o recebimento

16 foi confirmado por e-mail. **II – EXPEDIENTE:** o Conselheiro Presidente saudou a todos os

17 presentes, bem como declarou instalada a reunião. **III – ORDEM DO DIA: a)** Apreciação da

18 Ata 118 (24/11/2022); **b)** Apresentação da relação dos contratos que estão sendo firmados

19 em 2022; **c)** Análise e deliberação do Balanço Anual de 2021 da EGR; **d)** Assuntos Gerais.

20 **IV - DELIBERAÇÕES: a) Apreciação da Ata 118 (24/11/2022):** foi dispensada a leitura da

21 Ata 118 referente à Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da EGR ocorrida no dia 22 de

22 novembro de 2022, sendo aprovada por unanimidade. **b) Apresentação da relação dos**

23 **contratos que estão sendo firmados em 2022:** foram entregues na reunião para os

24 conselheiros Nilton Flores e João Ângelo Miron Neto a relação dos contratos que estão

25 sendo firmados em 2022 e enviado por e-mail para o conselheiro que estavam presentes

26 de forma virtual. **c) Análise e deliberação do Balanço Anual de 2021 da EGR:** O Diretor

27 Administrativo e Financeiro Sr. André Arnt informa que o balanço foi aprovado pela

28 Auditoria Interna da EGR e também passou pelo Comitê de Auditoria Estatutário – CAE,

29 sendo aprovado igualmente. Esclarece que o atraso na aprovação do balanço de 2021 se

30 deu em virtude de não ter quórum no Conselho Fiscal. O conselheiro João Ângelo Miron

31 Neto questiona os impactos que a pandemia gerou no balanço de 2021, esclarecendo o Sr.

32 André Arnt, Diretor Administrativo e Financeiro, que houve menor despesa em relação a


33 manutenção e, da mesma forma, menor receita advinda dos pedágios, não




34 comprometendo o resultado final do balanço. Sendo assim os Conselheiros se
35 manifestaram pela aprovação do Balanço Anual da EGR, por unanimidade. **d) Assuntos**
36 **gerais: 1)** O Conselheiro João Ângelo Miron questiona o Sr. André, Diretor Administrativo e
37 Financeiro da EGR a respeito do custo, em função do aumento do petróleo, e este
38 esclarece que houve um incremento de 13,4% em relação ao ano passado, para este ano,
39 na receita total, e que o mais preocupante em relação a custos seria o CAP, matéria-prima
40 muito utilizada pela EGR e que teve aumento significativo no seu valor. **2)** O conselheiro
41 presidente João Ângelo Miron Neto agradece em nome do Conselho a Diretoria pelo
42 excelente trabalho que tem sido realizado, renovando a confiança que tem na direção pelo
43 esforço desempenhado, após as dificuldades enfrentadas na administração do presidente
44 anterior da EGR. **3)** A próxima reunião fica agendada para dia 19 de janeiro de 2022,
45 quinta-feira, às 12 horas. **ENCERRAMENTO:** não mais havendo assuntos a serem
46 tratados, foi dada por encerrada a reunião e dela lavrada a Ata que, após lida e
47 considerada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes.

48
49

50 João Ângelo Miron Neto
51 Conselheiro Presidente

52
53
54
55

56 Nilton Flores da Silva Neto
Conselheiro


Thiago Lorenzom
Conselheiro

1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA**
2 **GAÚCHA DE RODOVIAS S/A – EGR**

3
4 **ATA 123**
5

6 **LOCAL, DATA E HORA:** A reunião foi conduzida na sede administrativa da EGR, no dia
7 **15/12/2022 (quinta-feira), às 14hs.** A sede da EGR situa-se na Av. Borges de Medeiros, n.º
8 1.555, 11º andar, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, nesta capital. **COMPOSIÇÃO DA**

9 **MESA:** o Conselho de Administração da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A – EGR, reuniu-se
10 de forma presencial, sob a presidência do Sr. João Stefanos Machado. Presentes os
11 Conselheiros do Conselho de Administração: Luiz Fernando Záchia, Mário Rache Freitas,
12 Marcelo Leites Bertolini, Cezar Augusto Gehm, André Milanezi de Jesus e Rafael da Cunha
13 Ramos. Como convidados Sr. Luiz Fernando Pereira Vanacôr (Diretor Técnico) e o Sr. André

14 Arnt (Diretor Administrativo e Financeiro). A Sra. Vanessa Mirapalheta Oliveira secretariou a
15 reunião. **I – CONVOCAÇÃO:** os Conselheiros foram convocados através de correspondência
16 eletrônica, na forma do Artigo 11º do Regimento Interno. **II – EXPEDIENTE:** constatada a
17 existência de quórum legal, o Sr. João Stefanos Machado, presidente do Conselho de
18 Administração, saudou a todos os presentes e declarou instalada a reunião, apresentando a
19 pauta do dia. **III – ORDEM DO DIA:** tomar conhecimento, examinar, discutir e deliberar acerca

20 das matérias que compõem a convocação. **Item 1 – Apreciação da Ata nº 122 – Reunião**
21 **Ordinária realizada em 25/11/2022:** foi realizada a leitura da Ata 122, referente à Reunião
22 Ordinária do Conselho de Administração da EGR ocorrida no dia 25 de novembro de 2022, a
23 qual foi aprovada por unanimidade. **Item 2 – Pagamento e defesa para Ex-Presidente Nelson**

24 **Lídio Nunes – PROA 19/0496-0003320-8 e para Ex-Diretor Técnico Milton Cypel – PROA**
25 **22/0496-0001140-5:** o conselheiro Luiz Fernando Záchia lê para todos os presentes a
26 requisição de defesa e pagamento para o ex-presidente Nelson Lídio Nunes, no que se refere
27 ao inquérito policial nº 58/2018/700012/A, da 1º Delegacia de Polícia de Combate à Corrupção,
28 bem como junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, Inquérito Civil, procedimento nº

29 01623.000.774/2019. Da mesma forma, para o Ex-Diretor Técnico Milton Cypel, no que se
30 refere ao inquérito policial nº 58/2018/700012/A, da 1º Delegacia de Polícia de Combate à
31 Corrupção e também junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, Inquérito Civil,
32 procedimento nº 01623.000.774/2019. Como os casos se tratam de inquérito policial e inquérito
33 civil, como já apresentou na reunião passada, caso semelhante, o ex-dirigente Ney Michelucci

34 Rodrigues, e está pendente de parecer jurídico, os conselheiros permanecem no aguardo do
35 referido parecer, a fim de verificar se os casos se enquadram no parágrafo único, artigo 50 do
36 Decreto 53.276/2016, que aprova o Estatuto da Empresa Gaúcha de Rodovias. **Item 3 –**
37 **Assuntos gerais: 1)** O Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. André Arnt informa que o
38 Balanço Anual de 2021 foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Fiscal, na última reunião
39 ordinária, sendo aprovado também pela auditoria interna da EGR e pelo Comitê de Auditoria

40 Estatutário – CAE e esclarece que o atraso na aprovação do balanço de 2021, se deu em
41 virtude de não ter quórum no Conselho Fiscal. Em seguida, o Sr. André Arnt lê para os
42 conselheiros a Ata 119 do Conselho Fiscal, na qual contém o assunto do Balanço Anual em
43 pauta e os conselheiros presentes, após deliberação, votam por unanimidade, na aprovação
44 do Balanço de 2021. **2)** O conselheiro Sr. Mário Rache Freitas pergunta sobre a Operação
45 Verão da EGR e o Diretor Técnico, Sr. Luís Fernando Pereira Vanacôr responde ao
46 questionamento informando que o evento da abertura irá ocorrer no dia 17/12/2022, em Capão
47 da Canoa e que as rodovias que participam são a ERS-040, ERS-239, ERS-474. Informa que
48 as rodovias estão sinalizadas e preparadas, para a previsão do aumento de tráfego no verão.
49 **3)** O Sr. Luís Fernando Pereira Vanacôr apresenta a obra da rótula de Montenegro que foi
50 finalizada, mostrando para os conselheiros, os benefícios para a população local com a
51 melhoria realizada. **4)** O Sr. Luís Fernando Pereira Vanacôr faz uma apresentação dos
52 passadores de fauna, na ERS-040, onde esta obra teve uma repercussão muito positiva para
53 a EGR. **5)** Em relação a obra da alça de Caxias do Sul, o Sr. Luís Fernando Pereira Vanacôr
54 informou que tiveram alguns problemas quanto aos caminhões que não conseguiam subir a
55 rampa. Informa que este problema foi solucionado com placas de informação do aclive. **6)** A
56 próxima reunião fica agendada para dia 26 de janeiro de 2022, quinta-feira, às 14 horas.
57 **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi dada por encerrada a reunião e dela
58 lavrada a Ata que, após lida e considerada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros
59 presentes.


João Stefanés Machado- Presidente
Secretaria de Logística e Transportes


Marcelo Leites Bertolini
Casa Civil


Luiz Fernando Záchia
Diretor-Presidente da EGR


Cezar Augusto Gehm
Secretaria da Fazenda Pública


Mário Rache Freitas
**Secretaria do Planejamento, Mobilidade
e Desenvolvimento Regional**


André Milanezi de Jesus
**Secretaria de Desenvolvimento
Econômico**


Rafael da Cunha Ramos
Secretaria Geral de Governo